



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — 1\$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário do Governo» e do «Diário das Sessões», deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS		
As três séries . . .	Ano 850\$	Semestre 450\$
A 1.ª série	340\$	» 180\$
A 2.ª série	340\$	» 180\$
A 3.ª série	320\$	» 170\$
Apêndices (art. 2.º, n.º 2, do Dec. n.º 365/70) — anual, 300\$		
«Diário das Sessões» e «Actas da Câmara Corporativa» — por cada período legislativo, 300\$		
Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio		

O preço dos anúncios é de 12\$ a linha, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional, quando se trate de entidade particular.

AVISO IMPORTANTE AOS SERVIÇOS OFICIAIS

A fim de evitar duplicações na elaboração de assinaturas do «Diário do Governo», será conveniente que os serviços oficiais mencionem sempre nas respectivas requisições se a mesma assinatura já foi solicitada por ofício, e ainda, na altura da remessa da importância destinada ao seu pagamento, se torna indispensável que informem se a assinatura está requisitada, indicando o número e data de ofício da requisição.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS

Decreto n.º 330/71

de 4 de Agosto

Nos termos do Decreto-Lei n.º 48 784, de 21 de Dezembro de 1968, os terrenos do domínio público sob a administração da Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos podem ser desafectados quando se considerem pre-valectentes, em relação ao uso público a que estão destinados, outros fins de interesse geral para que os terrenos sejam aptos e para cuja conveniente satisfação seja inadequado o regime de dominialidade.

Nestas condições, encontram-se os terrenos do estuário do rio Sado necessários à implantação de um estaleiro de construção naval para navios de grandes dimensões e cuja desafecção foi requerida ao Governo.

Considerando que a Comissão do Domínio Público Marítimo se pronunciou favoravelmente a essa desafecção e que o respectivo parecer foi homologado pelo Ministro da Marinha;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São desafectados do domínio público marítimo os terrenos do estuário do rio Sado representados na planta anexa, limitados a norte pelo paralelo 38º 29' 10" N., a oeste pelo meridiano 8º 48' 6" W. de Greenwich, a leste pelo meridiano 8º 47' 17" W. de Greenwich e a sul pelo paralelo 38º 28' 15" N.

Art. 2.º Os referidos terrenos serão destinados à implantação de um estaleiro de construção naval e às suas zonas de protecção e expansão, não podendo neles ser construídos aterros, docas, cais, molhes ou outras obras que possam afectar o regime flúvio-marítimo sem que os respectivos projectos sejam aprovados pelo Ministro das Obras Públicas.

Marcello Caetano — João Augusto Dias Rosas — Rui Alves da Silva Sanches.

Promulgado em 16 de Julho de 1971.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

SUMÁRIO

Ministérios das Finanças e das Obras Públicas:

Decreto n.º 330/71:

Desafecta do domínio público marítimo os terrenos do estuário do rio Sado.

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo do Chile depositado o seu instrumento de adesão à Convenção Internacional de Paris, de 1 de Dezembro de 1954, que substitui a Convenção de 21 de Junho de 1920, modificada em 31 de Maio de 1937, Relativa ao Instituto Internacional do Frio.

Ministério do Ultramar:

Aviso:

Torna público terem sido aprovadas, por despacho do Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino, as características das notas de 5 patacas a lançar em circulação na província de Macau.

Portaria n.º 410/71:

Autoriza o Gabinete do Plano do Zambeze a contratar com a Sociedade Técnica de Construções, L.da, a empreitada de execução das obras de infra-estruturas do centro urbano de Cabora Bassa.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-Lei n.º 331/71:

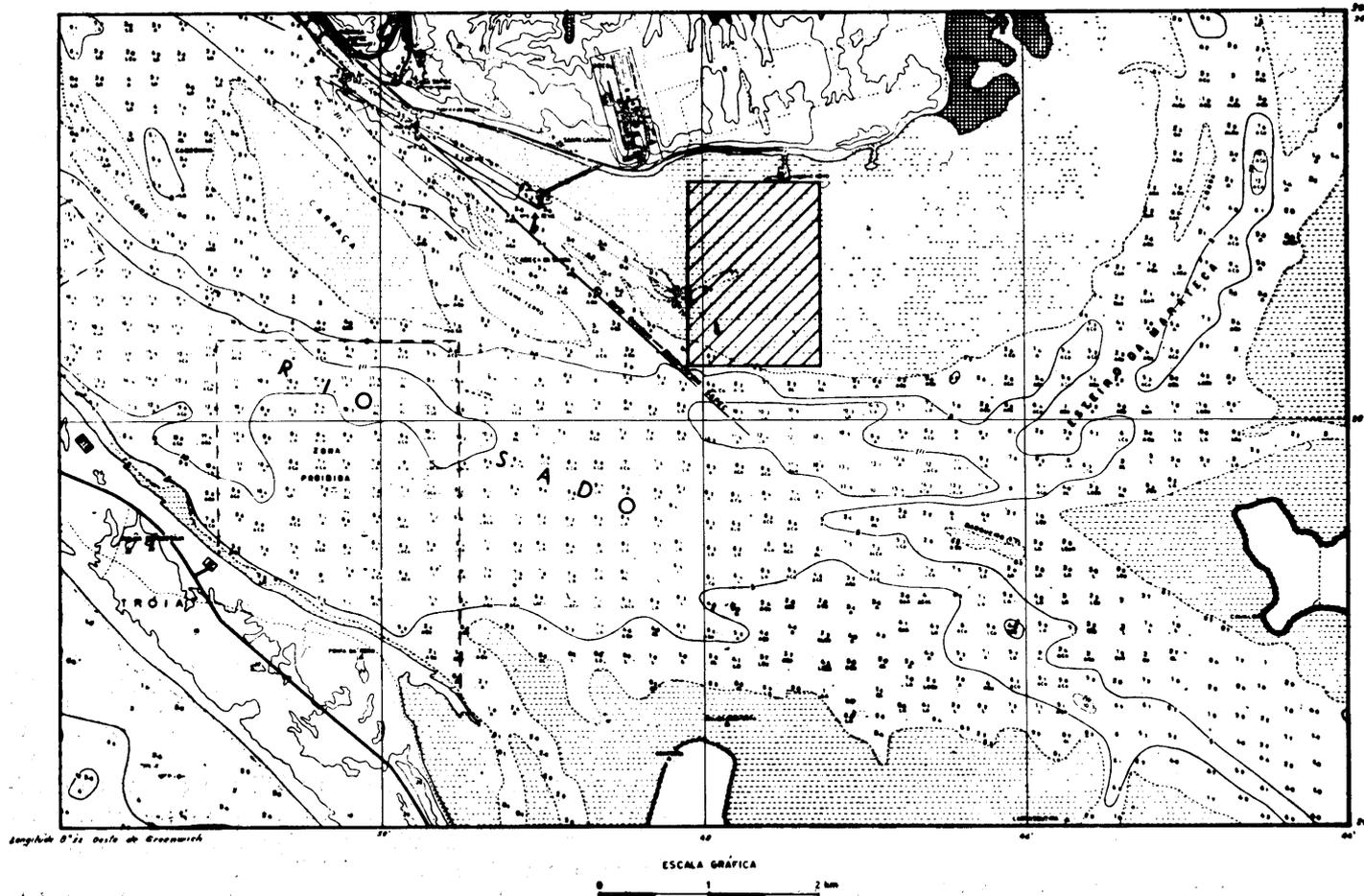
Cria em todo o ensino secundário a categoria de professor extraordinário.

Ministério das Comunicações:

Portaria n.º 411/71:

Manda suprimir e retirar da circulação os bilhetes-postais de resposta paga de 2x\$50 e de 2x1\$50 criados pela Portaria n.º 18 788.

Desafectação de terrenos do domínio público marítimo



Longitude 0°12 Oeste de Greenwich

ESCALA GRÁFICA
0 1 2 km

O Ministro das Finanças, *João Augusto Dias Rosas*. — O Ministro das Obras Públicas, *Rui Alves da Silva Sanches*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos

Aviso

Por ordem superior se torna público que, segundo comunicação da Embaixada da França em Lisboa, o Governo do Chile depositou, em 10 de Junho de 1971, o seu instrumento de adesão à Convenção Internacional de Paris, de 1 de Dezembro de 1954, que substitui a Convenção de 21 de Junho de 1920, modificada em 31 de Maio de 1937, Relativa ao Instituto Internacional do Frio.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos, 20 de Julho de 1971. — O Adjunto do Director-Geral, *Manuel Rodrigues de Almeida Coutinho*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Economia

Aviso

Faz-se público que, nos termos do § 2.º da cláusula 32.ª do contrato celebrado em 16 de Junho de 1953 com o Banco Nacional Ultramarino e de acordo com as disposições do Decreto-Lei n.º 243/71, de 1 de Junho, foram

aprovadas, por despacho de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Fomento Ultramarino de 9 de Julho de 1971, as características das notas do valor de 5 patacas, a lançar em circulação na província de Macau, cuja descrição é a seguinte:

Dimensões e cor:

14 cm x 6,5 cm (castanha, com fundo rosado e esverdeado).

Frente:

- 1 — Compõe-se de um emoldurado rectangular, limitado por um friso guilhoché.
- 2 — Na parte superior o título «Banco Nacional Ultramarino», em letras brancas sobre o friso emoldurado.
- 3 — Por baixo e fora do friso, já no corpo da nota, o mesmo título em caracteres chineses.
- 4 — Ainda abaixo destes caracteres, em tipo de letra pequena, «Decreto-Lei n.º 39 221».
- 5 — Na parte central, no alto, os dizeres «Macau» e por baixo o valor da nota por extenso, repetido por baixo em caracteres chineses.
- 6 — Por baixo, a data «Lisboa, 21 de Março de 1968».
- 7 — Ainda por baixo, à direita, «O Governador» e, à esquerda, «O Administrador», com as assinaturas em fac-símile.